

Esfera pública e redes sociais na Internet:

O que é novo no Facebook?¹

Natalia Raimondo Anselmino²

María Cecilia Reviglio³

Ricardo Diviani⁴

Resumo

Vivemos em sociedades altamente midiáticas e não somente atravessadas pela ação dos meios de comunicação de massa, mas, também, pelas novas tensões que assume o processo de mediação a partir do desenvolvimento das redes sociais em Internet. Ao reconhecer a natureza ambiental e construtiva dos meios de comunicação de massa é possível, também, considerar a mediação como modalidade nuclear da construção da esfera pública. Neste contexto, este artigo pergunta sobre os modos onde o funcionamento do Facebook e os discursos aí expostos participam na configuração da esfera pública contemporânea, assim como, ademais, sobre o grau de novidade que mostra dita intervenção a respeito da exercida pelos tradicionais meios de comunicação de massa. Em função de articular as reflexões expostas com alguns dos eixos que tomou o debate teórico lançado pela análise que realizou Habermas sobre a gênese e as transformações estruturais da vida pública, este artigo enfoca nestes três seguintes aspectos: a gestão da visibilidade, da colocação pública ou publicação; o lugar que ocupa o diálogo, a deliberação e o dissenso; a condição múltipla e móvel da esfera pública atual.

Palavras-chave: esfera pública; Facebook, mediação; redes sociais em Internet.

Resumen

Habitamos en sociedades altamente mediáticas ya no sólo completamente atravessadas por la acción de los medios masivos de comunicación sino, también, por las nuevas tensiones que asume el proceso de mediación a partir del desarrollo de las redes sociales en Internet. Al reconocer la naturaleza ambiental y constructiva de los medios masivos de comunicación es posible, también, considerar a la mediación como modalidad nuclear de construcción de la esfera pública. En dicho contexto, este artículo inquiriere sobre los modos en que el funcionamiento de Facebook y los discursos allí expuestos participan en la configuración de la esfera pública contemporánea, así como, además, sobre el grado de novedad que presenta dicha intervención respecto de la ejercida por los tradicionales medios masivos de comunicación. En función de articular las reflexiones expuestas con algunos de los ejes que ha asumido el debate teórico suscitado por el análisis que realizó Habermas sobre la génesis y las transformaciones estructurales de la vida pública, este texto se concentra en los siguientes tres aspectos: la gestión de la visibilidad, de la puesta en público o publicación; el lugar que ocupan el diálogo, la deliberación y el dissenso; la condición múltiple y móvil de la esfera pública actual.

Palabras clave: esfera pública; Facebook, cobertura de los medios de comunicación; redes sociales en Internet.

¹ Este artigo foi publicado originalmente em língua espanhola na Revista Mediterrânea de Comunicação, DOI: <http://dx.doi.org/10.14198/MEDCOM2016.7.1.12>.

² Doctora en Comunicación Social por la Universidad Nacional de Rosario (UNR) e investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet). Se desempeña como docente en la Licenciatura en Comunicación Social en la UNR y en la Licenciatura en Diseño Gráfico de la Universidad Abierta Interamericana (UAI). Es miembro del comité académico del Centro de Investigaciones en Mediaciones (CIM) y de la Comisión Ejecutiva de la Asociación Argentina de Semiótica (AAS). Desarrolla tareas de investigación en el campo de la semiótica de los medios masivos, teniendo a la prensa y a las redes sociales en Internet como objetos privilegiado de estudio. Entre sus publicaciones realizadas se destacan el libro “La prensa online y su público. Un estudio de los espacios de intervención y participación del lector en Clarín y La Nación” (Teseo, 2012) y la compilación “Territorios de comunicación. Recorridos de investigación para abordar un campo heterogéneo” (Ciespal, 2013).

⁴ Doctora en Comunicación Social por la Universidad Nacional de Rosario. Actualmente es docente-investigadora en la Licenciatura en Comunicación Social de dicha universidad, profesora de la Carrera de

Abstract

We live in highly mediatized societies and not only completely traversed by the action of the mass media but also by new tensions that assumes the mediatization process from the development of social networks resources on Internet. Recognizing the environmental and constructive nature of the mass media, it is also possible to consider mediatization as nuclear mode of construction of the public sphere. In this context, this paper asks about the ways in which the operation of Facebook and discourses posted there shape contemporary public sphere, and also the degree of novelty of such intervention with respect to that exerted by the traditional mass media. For the purpose of joint thinkings reflections exposed with some of the areas that has taken the theoretical debate surrounding the Habermas's analysis about the genesis and structural transformations of public life, this text focuses on the following three aspects: the management of visibility, of commissioning public or publication; the place of dialogue, deliberation and dissent; the multiple and mobile status of the current public sphere.

Keywords: Public sphere; Facebook; mediatization; social networks resources on Internet

1. Introdução

Com a finalidade de apresentar as reflexões expostas aqui, é necessário enunciar os interrogantes de partida, a saber: de que modo o funcionamento do Facebook e os discursos lá expostos participam na configuração da esfera pública contemporânea? E, por outro lado, que grau de novidade apresenta dita intervenção a respeito da exercida pelos tradicionais meios de comunicação de massa? As duas perguntas foram engendradas no âmbito da investigação que tem como fim geral analisar as transformações produzidas na esfera pública contemporânea a partir do desenvolvimento das redes sociais na Internet¹ (Observatório Nacional de Telecomunicações e Sociedade da Informação - Ontsi, 2011).

As considerações aqui desenvolvidas têm razão de ser partindo do que propõe Dahlgren (2008, p. 253), que “a imagem romântica de um espaço público no qual os indivíduos dirigem-se a palavra frente a frente ou eles se comunicam através de livretos de muito pouca tiragem que não nos ajuda muito, uma vez que no temos máquinas que nos fazem voltar no tempo”.

Além disso, e como explica Thompson (2011, p. 21), manter uma concepção clássica da esfera pública pode “impedir-nos de ver novas formas de público (criadas, entre outras coisas, pelo desenvolvimento dos meios de comunicação), ou fazer-nos abordar estas novas formas com preconceito”. E isso é um risco que, precisamente, se procura evitar aqui.

Isto é, para começar a encontrar maneiras possíveis de responder as questões explícitas antes, devemos aceitar, em primeiro lugar, a necessidade de rever e renovar a categoria *esfera pública*, inicialmente proposta por Habermas (1989, p. 1) para o estudo daquele “domínio de nossa vida social

especialización en psicología Clínica, Institucional y Comunitaria, también de la UNR y en institutos de nivel terciario. Es miembro del comité académico del Centro de Investigaciones en Mediatizaciones (UNR) y forma parte del Consejo Editorial de la revista “La Trama de la Comunicación” de la Facultad de Ciencia Política y RRII. Ha publicado artículos, papers y capítulos de libros en diversas publicaciones especializadas en el área de la comunicación.

⁴ Doctor en Comunicación Social, Docente de la Cátedra Epistemología de la Comunicación en la Facultad de Ciencia Política y RRII. UNR. Docente de Teoría de la Comunicación en la Carrera de Periodismo del Instituto Superior Técnica N° 18. Miembro del Consejo Editor de la Revista La Trama de la Comunicación. Integrante de diversos Proyectos de Investigación relacionados a la problemática de la mediatización.

em que algo como a opinião pública pode conformar-se”. Isto implica não só recuperar a tese original de Habermas (1999), mas também as principais leituras críticas de seu pensamento que diferentes autores fizeram; entre outras, questões como as propostas por Dahlgren (2008), Downey (2014), Fraser (1992), Keane (1997), Mehl (1997), Negt (2007) e Thompson (1996, 1998, 2011).

Além disso, no contexto de sociedades já não somente atravessadas pela ação dos meios de comunicação, mas também por novas tensões que assume o processo de midiáticação a partir da intervenção das lógicas que permitem e promovem as redes sociais na Internet (em adiante, RSI), é possível sustentar a natureza ambiental e construtiva dos meios de comunicação de massa e, como moradores de sociedades altamente midiaticadas⁵, considerar a *mediaticação* como modo nuclear da construção da esfera pública. Como já alertou Steinberg e Traversa (1997, p. 114), “a midiaticação, associada à bagagem técnica que inclui, desloca a oposição entre o público e o privado, a reformula”, a tal ponto que, neste contexto, “a mídia vai ser agente das manifestações da dimensão pública do privado e, por que não, também do contrário”.

Agora, sobre o lugar que ocupam as RSI no sistema de mídia atual, de acordo com o relatório Futuro Digital Latinoamérica 2013 (Comscore, 2013), são as redes sociais as que atraem a maior quantidade de tempo consumido na Internet, tanto no cenário latino-americano como no europeu, sendo, na primeira região, a tendência muito mais evidente: em nível mundial, “cinco dos dez países que mais tempo consomem nas Redes Sociais se encontram na América Latina” (Comscore, 2013, p. 56). Vale a advertência de que esta reflexão está circunscrita numa RSI em particular, o Facebook, por várias razões. Em primeiro lugar, porque, coincidindo com a tendência global (ONTSI, 2011), é a rede social mais usada na Argentina (Sistema de Información Cultural de la Argentina - SInCA, 2013) —país onde se desenvolve o projeto de pesquisa mencionado no início—, alcançando, de acordo com um relatório de Carrier (2014), a participação de 89% de todos os usuários da Internet. Conforme com este último consultor, “a adoção do Facebook é tão elevada que não há variações significativas quando é analisada pelas diferentes variáveis de corte além da idade”. E, ao mesmo tempo, o viés de classe e de uso por região geográfica dentro do país é menor no Facebook do que em outras RSI (SInCA, 2013, p. 22). Em terceiro e último lugar, porque esta RSI é, também, o segundo site mais visitado na Argentina, encontrando-se atrás de google.com.ar (ALEXA, 2014; SInCA, 2013).

Finalmente, resta dizer que, a fim de organizar estas reflexões, e em função de articulá-las com alguns dos eixos que assumiu o debate e a discussão teórica expostos pela análise que realizou Habermas (1999) sobre a gênese, e as transformações estruturais da vida pública, decidimos organizar o desenvolvimento deste escrito recuperando as seguintes três dimensões:

- a gestão de visibilidade, da colocação em público ou publicação;
- o lugar que ocupa o diálogo, a deliberação e o dissenso;
- a condição múltipla e móvel da esfera pública atual.

⁵ Adscrevemos, aqui, ao conceito de midiaticação tal como foi apresentado por Verón (2001). Também, em seu livro “Fragmentos de um tecido”, o semiólogo explica a passagem das denominadas sociedades midiáticas para as sociedades midiaticadas: “A sociedade midiaticada emerge à medida em que as práticas institucionais de uma sociedade de mídia são transformadas em profundidade porque existem os meios (...)”. “O passo de sociedades midiáticas a sociedades midiaticadas expressam a adaptação das instituições das democracias industriais aos meios, que se tornam inevitáveis mediadores da gestão do social” (VERÓN, 2004, p. 224).

2. Sobre a gestão da visibilidade em Facebook

Começamos pelas interrogações que a gestão da visibilidade em Facebook provoca, visibilidade que, como bem indicam Steimberg y Traversa (1997) no seu estudo sobre as figurações do corpo na mídia, é construída a partir de processos discursivos⁶.

As RSI e, entre elas, especialmente o Facebook, inauguraram um espaço de exposição e circulação dos discursos individuais —tanto aqueles que se relacionam com a vida privada ou pública— que parece não ter antecedente. Já o afirmava Verón (2012, p. 14): Internet é um dispositivo gigantesco que transforma as condições de acesso aos discursos e que “comporta [também] uma mutação nas condições de acesso aos atores individuais”.

Contudo, para desentranhar o grau de novidade que há na gestão da visibilidade que o Facebook possibilita, não há que ignorar que esta plataforma irrompe no ecossistema de mídia num momento em que uma parte grande do consumo cultural estava já atravessado pela lógica do funcionamento do que Jenkins (2008) denomina *cultura participativa*; isto é, que o Facebook é, de certa maneira, fruto de um ambiente cultural —e parte de uma *cultura digital* (BECERRA, 2012)— em que se faz cada vez mais comum que os membros da audiência intervenham na produção dos conteúdos que publica a mídia e que, por outro lado, a mídia incorpore essa participação na cadeia de valor. Vale notar, além disso, que o fato de que a participação do público torna-se cada vez mais visível na mídia não quer dizer, necessariamente, que o público participe mais nem que —como veremos na terceira parte— esta participação seja, efetivamente, *participação política*.

Por sua vez, as práticas que ocorrem no Facebook não são alheias aos modos da vida social que já foram teorizados —por autores como Debord (1995)— sob o rótulo de *Sociedade do Espetáculo*. Este contexto, em que também se observa, tal como propõe Morley (2008, p. 150), uma “esfera pública cada vez mais privatizada” (p. 150), e que é o mesmo no âmbito do qual Verón (2009) caracterizou o que chamou “terceira fase da televisão”⁷, não se pode pensar sem considerar o efeito simbólico causado pelo fato de que a voz dos indivíduos que compõem a audiência se torne publicável. E, enquanto esta publicação é prévia ao Facebook, a pergunta é, então, o que é novo?

Antes do desenvolvimento da Internet, a publicidade das opiniões individuais sobre o público se tornavam visíveis de dois modos: ou eram expostas em um espaço público tradicional —como uma assembleia ou a rua, ou seja, mediante o que Thompson (2011, p. 22) denomina como “visibilidade situada da copresença”— ou transcendiam a partir de sua publicação num meio massivo de comunicação —isto é, sendo parte da sua agenda, a partir de sua “visibilidade na mídia” (THOMPSON, 2011, p. 23). Com a Internet, surgem alguns outros espaços como o disposto pelos foros ou blogs, embora recém com o surgimento do Facebook que é inaugurado um espaço de colocação em circulação sem precedentes até então. A opinião individual emerge ali sem mediação direta dessas duas instâncias prévias mencionadas anteriormente para,

⁶ Como nos faz lembrar Thompson (2011), tanto nas originárias propostas de Arendt (2008) como nas de Habermas (1999), já estava presente o reconhecimento do lugar essencial concedido à língua e ao discurso como elementos constitutivos da esfera pública.

⁷ Aquela em que “o interpretante que se instala progressivamente como dominante é uma configuração complexa de grupos definidos como externos à instituição televisão e atribuídos ao mundo individual, não mediatizado, do destinatário” [o destacado é do autor] (VERÓN, 2009, p. 239).

então, poder ser recuperada e resignificada pela mídia ou pelas manifestações que ocorrem no espaço público urbano. Faltaria perguntar-se, então, de que modo se produz dita articulação e como esta nova habilitação propiciada pelo Facebook modifica a fisionomia do público. É possível conjecturar que o Facebook é um espaço público de mídia em que se imbricam complexamente os dois tipos de visibilidades acima referidos?

Por sua vez, devemos diferenciar, em todos os discursos que são visíveis no Facebook, entre aqueles que pertencem à esfera pública e aqueles que são limitados para as áreas da vida privada ou íntima; e também é possível interrogar sobre que articulações (ou deslocamentos) acontecem entre estes diferentes tipos de discurso.

Em consequência, embora se considere a publicação como “a ruptura de uma censura” (Bourdieu, 2010, p. 265), é necessário advertir algo que pode parecer óbvio, mas nem sempre é suficientemente claro: nem tudo que é publicado constrói esfera pública. Acreditamos ainda que as opiniões individuais colocadas em circulação através do Facebook constroem esfera pública apenas se logram cristalizar-se na constituição de um *público* que adquira alguma das duas visibilidades trabalhadas por Thompson (2011) mencionadas anteriormente (visibilidade situada da copresença ou visibilidade midiática)⁸. Voltaremos a este ponto mais adiante.

Além disso, em relação ao publicado, é possível perguntar: O que legitima uma opinião publicada no Facebook? Mehl (1997) observa, por exemplo, que a valorização da palavra dos profanos em detrimento da palavra dos especialistas é uma característica principal de *reality shows*. Nesse sentido, é razoável pensar que algo semelhante acontece no Facebook? Bem como alguns meios de comunicação on-line têm desenhados critérios de valorização das opiniões do público a partir dos quais são outorgadas qualificações como, por exemplo, a de comentarista destacado, pareceria não existir ainda algo similar nesta rede social. A questão gira em torno de se é factível estabelecer alguns critérios de valorização e conceder essa legitimidade tratando-se de uma rede, com tudo o que implica o conceito de rede: a horizontalidade, ausência de hierarquias, de centros e periferias, não institucionalidade.

Por último, outro questionamento se faz sobre o impacto que possuem, no âmbito da esfera pública, os novos regimes de visibilidade do mundo íntimo que se fazem presentes no Facebook. Esta questão interroga sobre os efeitos de um processo pelo qual os discursos da ordem da intimidade estão se tornando cada vez mais públicos, a tal ponto que Sibilia (2008) designa como *discursos éxtimos*. A pergunta, então, parece tomar forma em torno das consequências que gera, para a conformação da esfera pública contemporânea, a nova maneira histórica e cultural do que poderia ser chamado de *midiatização do íntimo*.

Dito isto, não custa entender então por que todos os autores que teorizam sobre a configuração da esfera pública atual anunciam que assistimos a uma imbricação cada vez mais complexa entre os espaços públicos, privados e íntimos. Desde já, abordar as interrogações que este cenário supõe requer, primeiro, aceitar que, tal como propõem Steimberg y Traversa:

⁸ Aqui bem poderíamos recuperar a seguinte advertência de Rusconi (2006, p. 206): “quando um grupo social participa de uma deliberação ou manifestação a respeito de assuntos coletivos, esta expressão não participa do espaço público se apenas os participantes são o público, ou seja, que requer que tal manifestação parcial da opinião seja disseminada para um público mais vasto”.

O que é sempre árduo da discussão sobre os limites entre o público e o privado (...) deu lugar muitas vezes ao emprego de categorias auxiliares ou reduções que estabelecem o privado no *eu* às vezes, no *indivíduo* outras, apelando ao *íntimo* como categoria derivada, a partir da qual se pode também discutir os seus contornos. (STEIMBERG y TRAVERSA, 1997, p. 110).

A respeito da relação complexa entre os espaços público, privado e íntimo, são também interessantes as reflexões de Thompson referidas aos limites mutáveis das vidas pública e privada. Para este autor, estamos em presença de uma situação em que “as fronteiras entre público e privado se desfiguram e se modificam constantemente, e na qual os limites que existem em qualquer momento se tornam porosos, discutíveis e sujeitos a negociação e resistência” (THOMPSON, 2011, p. 34). Adjudica esta situação à imbricação entre as esferas e também à pregnância cada vez maior das tecnologias de comunicação.

Na antiguidade pensava-se o espaço privado não só em termos de privação, mas também como “um lugar onde [os indivíduos] podem refugiar-se do escrutínio da vida pública e de ser constantemente vistos e ouvidos pelos outros” (THOMPSON, 2011, p. 27), enquanto, em seguida, a tradição liberal o colocou em relação com o direito dos cidadãos a exercer as suas liberdades civis e proteger-se contra possíveis abusos por parte de estados e/ou governos. Nesta época a privacidade passou a formar parte do âmbito do Direito.

A privacidade atual é assim conceituada por Thompson em termos de controle sobre o que é revelado sobre si mesmo:

O privado consiste naqueles territórios do eu –que incluem o entorno do eu e a informação sobre o eu– em relação aos quais o indivíduo procura manter o controle e restringir o acesso a outros. Os direitos de privacidade consistem em direitos de um indivíduo de exercer esse controle e restringir o acesso a outros. (THOMPSON, 2011, p. 30).

Isso libera ao conceito de privacidade das conotações ligadas ao espaço físico, uma vez que não é apenas a casa ou quarto, por exemplo, mas também essa noção do privado como território faz referência aos espaços de ordem simbólica como podem ser os territórios informativos ou virtuais. De fato, “o privado hoje está constituído por um território desespacializado de informação e conteúdo simbólico em que cada indivíduo pensa que pode exercer o controle, sem que seja relevante onde este indivíduo ou esta informação se situem fisicamente” (THOMPSON, 2011, p. 33). Da mesma forma, o público também pode ser entendido como uma esfera de informação e conteúdo simbólico.

Neste sentido, as RSI como Facebook parecem funcionar precisamente como esse território onde público e privado se confundem em uma mesma interface. As imagens pública e privada de um indivíduo se misturam no mesmo *perfil* como resultante de seus modos de participação na rede—tanto em quantidade como em qualidade, isto é, quanto o que comenta, quanto o que posta, quais são os seus amigos, que posts destaca com “curti”, que regime de privacidade seleciona dos que propõe a plataforma, etc.— mas

também da participação de seus amigos/contatos e, como em toda RSI, dos amigos de seus amigos e os regimes de visibilidade/privacidade de cada um deles. Tudo isso é combinado com a facilidade que dão as atuais esferas virtuais para obter informações de outras pessoas e até mesmo difundi-las. Isto seria fazer uma questão pública do âmbito privado ou, simplesmente, fazer do privado algo publicável?

O exemplo que Thompson usa para ilustrar esses limites em mudança entre vida pública e privada trata de um escândalo que se desatou em 2004 na Inglaterra quando uma jornalista protegida pela Ata de Liberdade de Informação acessou ao detalhe das despesas dos parlamentares. O episódio gerou uma série de conflitos que chegaram à Justiça, que finalmente decidiu tornar públicas as declarações juramentadas de todos os membros do parlamento com algumas omissões de informação sensível. No entanto, as declarações foram transmitidas sem correções porque o funcionário encarregado da edição decidiu vaziar as informações completas. A mobilidade das fronteiras entre público e privado parece ficar gravada não só na história deste exemplo, mas também na percepção que hoje podemos ter sobre este tipo de fenômeno. O exemplo de 2004 acima referido é apresentado hoje como velho ou até mesmo óbvio. São as despesas dos parlamentares assuntos privados? Aparentemente, na Inglaterra, até 2004, sim, eles foram. Somente nesse momento, então, entra em crise esta concepção. Hoje, no entanto, a demanda por informações sobre declarações de funcionários públicos é considerada legítima: os custos de funcionários não são questões da ordem privada, mas pública.

Para concluir esta parte, mais uma nota com alguma pretensão de recapitulação sobre a questão da visibilidade no Facebook em relação com a característica móvel das fronteiras entre as esferas públicas e privadas. Verificou-se que o privado é entendido como a capacidade dos indivíduos de controlar e restringir o acesso a informações sobre o eu e que o Facebook se apresenta, conforme já foi referido anteriormente, como um espaço de exposição e circulação de discursos individuais, onde nem sempre é o próprio indivíduo que pode restringir a chegada num contexto que tem facilitado o acesso a informações alheias como nunca antes, juntamente com a possibilidade de colocá-la em circulação. Esta plataforma é também um lugar onde algo do que é público pode emergir. Então, talvez o Facebook seja um campo privilegiado para observar essa imbricação de esferas que parece ser característica deste tempo.

3. Sobre o lugar que ocupam o diálogo, a deliberação e o dissenso no Facebook

Tradicionalmente, o espaço público, entre outras características foi definido como um espaço de raciocinante deliberação sobre assuntos públicos, onde se expunham os dissensos através do diálogo e cujo resultado foi a construção do que foi chamado de opinião pública. Tudo isso significava, a

partir do ponto de vista habermasiano, uma visão racionalista da comunicação humana que já foi questionada longamente enquanto obstrui completamente, entre outras coisas, o conflito⁹. Contrariamente a esta concepção, o conflito é, tal como propõe Vázquez (2013, p. 156), um elemento estruturante da esfera pública contemporânea, “onde distintos atores estão posicionados de acordo com os seus interesses e estratégias, onde as relações assimétricas podem se converter num elemento distintivo”. E este giro supõe também admitir certo modo de considerar a relação entre a esfera pública ou espaço público e prática política, aspecto a respeito do qual concordamos com o dito por Grillo (2006, p. 190):

Identificamos uma prática como política quando revela ou põe a descoberto que, na distribuição do dado, o objetivo que lhe dá sentido está ausente ou sub-hierarquizado. A própria base do político é o dissenso sobre o dado, ao estabelecido, ao consenso existente.

Assim enlaçado à práxis política, o espaço público adquire a forma de um “âmbito em que a sociedade civil se faz visível frente ao poder [e que], pode ser pensado a partir de certas características que marcaram a sua continuidade além das particularidades históricas” (RUSCONI, 2006, p. 205-206). Estas características estariam em conexão, seguindo novamente a Rusconi (2006), com os *componentes semânticos* que distingue Caletti (1999): o bem comum, o político, a visibilidade e a autoapresentação. Em suma: “O espaço público é o lugar onde a sociedade civil pode se ver e ser concebida como política, como um lugar de disputas; o lugar onde pode falar dos assuntos do seu interesse e configuram o bem comum” (RUSCONI, 2006, p. 206).

Neste contexto, questionamos: o Facebook pode ser considerado um espaço de deliberação—isto é, de uma disputa de argumentação com fins de chegar a um acordo sobre o comum— ou simplesmente é um espaço de expressão dos discursos individuais? Dissipam-se controvérsias, se administra o conflito ou é meramente um âmbito onde se exerce algo da ordem da catarse¹⁰? Em suma, a questão consiste em indagar as possibilidades e os limites da produção de sentido no contexto desta plataforma. Alguns autores (GARRIDO, 2012 y 2014; ROSS, FOUNTAINE y COMRIE, 2015; VALDETTARO, 2011; VALLESPÍN, 2011) apontam que, longe de ser uma área de interação entre a diversidade, a Internet -particularmente as RSI- estaria oferecendo um espaço de encontro com o semelhante, seja designado esse espaço como “comunidades de ‘amigos’ montadas por ‘afinidades’ estilísticas” (VALDETTARO, 2011, p. 17) onde “certo ar de ‘família’ –com suas derivações semânticas: tribos, comunidades, clãs, etc.– faz linhagem” ou “um espelho do que já somos ou pensamos [que] acabaria por introduzir-nos em diferentes guetos comunicativos, longe do ideal democrático de confronto saudável de opiniões” (VALLESPÍN, 2011, s/n). É possível na plataforma uma verdadeira deliberação da ordem do democrático, isto é, na que tenha participação uma variedade diferente de atores ou, inversamente, o Facebook estaria delineando zonas de encontro

⁹ Entre essas outras coisas que escapa do olhar habermasiano da comunicação - entretanto, Apel (2008) explica que tem os vícios de uma herdeira da teoria de ato de discurso proposta por Austin (2008) - é precisamente a condição de inevitabilidade da existência de desequilíbrio ou a incompatibilidade própria da comunicação humana. Para ampliar o insuperável dessa incompatibilidade ou deslocamento recomendamos ver Culioli (2010) e Verón (1998).

¹⁰ Pensamos, por exemplo, tanto em expressões em relação aos atos de insegurança ou corrupção, como em aquelas que não têm um componente de crítica ou reclamação. Um exemplo recente do campo argentino poderia ser as expressões de alegria que circularam no Facebook, durante os primeiros dias do mês de agosto de 2014, frente à recuperação da identidade do neto (apropriado durante a última ditadura militar que sofreu o país) da presidenta das avós da Plaza de Mayo, Estela de Carlotto.

de discursos que podem parecer divergentes em algum ponto mas que, no entanto, exclui completamente aos realmente diferentes? Se assim for, se é que vão discutir apenas aqueles com uma base de acordo em comum, esses acordos que teriam lugar na e pela plataforma não constituem mais que miragens enquanto não seria o Facebook em si mesmo quem lhes dá, senão que só reforçaria concertações anteriores, dando-lhes visibilidade. Consideremos, para ajudar a pensar sobre isso, os resultados de algumas pesquisas de natureza empírica que têm o Facebook (e a participação política que se desenrola nesta RSI) como objeto de reflexão. Em um estudo que aborda a participação social e política dos jovens em Buenos Aires, Garrido (2012, p. 121) faz algumas observações no mesmo sentido do que foi anteriormente proposto. Embora reconheça o Facebook como um espaço no qual “se produzem contextos comunicativos significativos” em relação a certo potencial dialógico e uma confiança mútua que promove o intercâmbio, também aponta limitações para o desenvolvimento eficaz da deliberação, incluindo o acesso limitado à Internet na América Latina ou às relativas ao *software* de código fechado. Mais ainda, destaca que as possibilidades de discussão também são limitadas por uma tendência ao diálogo com aqueles com quem se tem afinidades prévias, o que teria por consequência a construção de redes fechadas que produziriam “certa resistência ou recusa a incluir aqueles que não compartilham mesmos interesses, ideologia, filiação política, etc.” (GARRIDO, 2012, p. 121). Sobre esta questão, Garrido (2012) concluiu que embora não se poderia falar de esfera pública no Facebook uma vez que não são cumpridos os princípios normativos habermasianos, sim se evidenciam dinâmicas alternativas que “em alguns fenômenos sociais assumem centralidade e relativos graus de autonomia dos meios de comunicação tradicionais” (GARRIDO, 2012, p. 121). De acordo com estes resultados, nada diferente encontra esta autora ao analisar as páginas do Facebook da militância juvenil do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil. Observa-se: “certa homogeneidade da rede gera uma espécie de endogamia pelo que se faria mais difícil que apareçam comunicações e interações que difiram com as do próprio grupo” (GARRIDO, 2014, p. 82).

Também recentemente a revista *Media, Culture & Society* publicou um artigo (ROSS, FOUNTAINE e COMRIE, 2015) em que se analisam as mensagens que os membros do Parlamento da Nova Zelândia publicaram em suas contas do Facebook durante o período analisado antes das eleições gerais realizadas em 2011 naquele país, e que pode servir para ilustrar algumas de nossas hipóteses. Por exemplo, entre os vários aspectos levados em consideração, indaga-se acerca da natureza e o tom dos comentários feitos por outros usuários da RSI em resposta aos *posts*¹¹ dos parlamentares. Ali pode se observar que a maioria dos comentários são de apoio para o político em questão e só uma escassíssima quantidade deles (3%) pertence à categoria de “comentários hostis” (ROSS, FOUNTAINE e COMRIE, 2015, p. 264) e, portanto, veicula alguma possibilidade de dissenso e abertura ao diálogo ou discussão sobre a mensagem original. Esta constatação sugere, segundo os pesquisadores da Nova Zelândia, que as páginas e os murais do Facebook

¹¹ A palavra “post” é um neologismo derivado do sintagma anglo-saxão *post* e refere-se à publicação de textos, links, imagens ou vídeos que são realizados no mural do Facebook. Esta postagem pode ser objeto de comentários (por parte do autor ou de outros usuários desta RSI) que se realizam sobre estas publicações ou postagens.

estudados atraem indivíduos que aderem aos parlamentares em questão e advertem, também, que parte da retórica em torno da avaliação positiva dessa RSI “é a capacidade das ferramentas para produzir sinais de aprovação (como o botão “Curtir” do polegar para cima)” (ROSS, FOUNTAINE e COMRIE, 2015, p. 266) [tradução própria]. Esta falta de diálogo, dissenso e, acima de tudo, de conflito também é sustentada pela escassa resposta aos comentários recebidos, em seguida, por parte dos políticos cujos *posts* abriram uma possível (mas, aparentemente não concretizada) conversa, situação que, em consequência, leva os autores a concluir:

Talvez, os cidadãos que comentam as postagens dos políticos realmente acreditam que o ato de escrever no mural é, em si, uma forma de compromisso político (SWEETSER e LARISCY, 2008) e talvez seja, mas se isso se encontra com um silêncio do político em questão, então o significado de tal ato no âmbito democrático mais amplo é muito mais ambíguo. (ROSS, FOUNTAINE e COMRIE, 2015, p. 268) [tradução própria].

Por outro lado, embora Vázquez (2013, p. 114) observe que a utilização das TIC “dá lugar a uma nova instância dialógica desespacializada mediada pelas interfaces da denominada Web 2.0”, não é evidente que este diálogo se instaure com o fim de chegar a um acordo através da exposição de argumentos e contra-argumentos. Neste ponto, vale a pena assinalar uma diferença entre o que o Facebook como plataforma estaria prescrevendo ou possibilitando, em certo sentido, no que concerne ao diálogo e à discussão, e a maneira em que essas possibilidades são concretizadas pelos usuários. Por exemplo, tão complexa é a imbricação que ocorre no Facebook entre público e privado, que é muitas vezes esquecido que os enunciados que são publicados na RSI são realizados num espaço que pode ser considerado, em certo sentido, “privado”: o “mural”, seja o pessoal ou alheio. E por que é possível considerar o mural como parte da esfera privada? Porque é um território sobre o qual o proprietário do perfil em questão geralmente “procura controlar e restringir o acesso a outros” (THOMPSON, 2011, p. 34). A postagem é sempre dada em um mural, próprio ou alheio e, afinal, o “dono” do mural tem plena soberania sobre o que é publicado aí: pode eliminar comentários próprios e de terceiros e a possibilidade de outros a opinar ali.

Deve também ser notado que o diálogo na plataforma não se instaura num canal pensado para tais fins desde a interface do *site*, mas é suscitado nos espaços destinados aos comentários sobre uma publicação. Comentários que, vale ressaltar, têm uma hierarquia diferente comparada com a interface que a rede social analisada atribui ao estado, ou seja, àquele espaço que demanda “o que você está pensando?” e onde é possível publicar textos ou imagens. Ou seja, para voltar às diferenças que tentamos desentranhar neste ponto, supõe-se que o Facebook não parece prescrever o diálogo sobre sua plataforma, mas simplesmente, comentários sobre estados de usuários/perfis/amigos. Não é menos importante, inclusive, que o termo escolhido para este é, precisamente, o comentário; vocábulo que o dicionário da Real Academia

Espanhola define no seu segundo sentido como “julgamento, opinião, menção ou consideração feita oralmente ou por escrito, sobre alguém ou alguma coisa”. Em resumo, é o estado do outro o que se comenta ou o que se busca que se comente, o que se deveria comentar. A estrutura seria, então, a de um discurso que por sua vez, gera muitos outros discursos que somente dialogam com o primeiro.

No entanto, nestes espaços, muitas vezes se encontram também comentários aos comentários que se tornam verdadeiros intercâmbios dialógicos, às vezes, a ponto de desviar-se do tema proposto através da publicação original. Assim, esta lógica prescrita pela plataforma de muitos textos que respondem a um se alteraria e se tornaria numa multiplicidade de textos que se referem uns aos outros, nem sempre guardando relação com os primeiros que os suscitaram.

Em definitivo, pode-se pensar, por um lado, que não parece ser o Facebook o lugar de encontro entre os diferentes com intenção de construir um acordo sobre *o comum*, dado que o espaço seria apresentado como âmbito de encontro entre parecidos com pouco espaço para a *serendipidade*. Não é um pequeno detalhe, também, o fato de que não há no Facebook a possibilidade de assinalar uma coisa que você não “curte”, em oposição ao que acontece com o “curti” que se tornou extremamente polissêmico já que o significado de seu uso parece exceder o agrado pelo conteúdo do que foi publicado.

Por outro lado, o diálogo estabelecido entre os usuários -diálogo que não é gerado a partir do dissenso, mas ao contrário e além do aparente-excederia o que parece querer propiciar a mesma plataforma.

4. Sobre o modo o qual Facebook participa da esfera pública múltipla e móvel

Longe do olhar unívoco e estático que supunha a caracterização da estrutura da esfera pública proposta por Habermas (1999), autores como Downey (2014) preferem usar a noção de *fluxo* para pensar uma esfera pública em movimento e dar conta das mudanças que ocorrem na mesma. Além de considerar a maneira em que o autor entende o fluxo como uma tentativa de superar a ideia habermasiana da esfera pública ancorada ao conceito de estado-nação e abordar os processos transnacionais, seria recuperar para este propósito a ideia de conflito que encerra. Não porque se parta do pressuposto de que nas redes sociais as diferenças -o excluído, o reprimido ou o outro marginal- emerjam e tornam-se aparentes, mas sim porque caberia perguntar-se o que acontece com o conflito nestes espaços digitais, de que modo se expressam que grau de visibilidade adquirem que tipo de disputas aparecem.

Neste sentido, tal como denuncia Dahlgren (2008), uma das omissões importantes do modelo proposto por Habermas (1999) é a existência de esferas públicas alternativas que, inclusive durante o período histórico analisado pelo referente da Escola de Frankfurt, já estavam presentes e

cumpriam funções políticas e sociais fundamentais: sindicatos, movimentos políticos populares, etc. Esta constituição não unívoca parece hoje, talvez, mais palpável e evidente, entanto, de acordo com Keane (1997, p. 57), é possível advertir a “conformação de um complexo mosaico de esferas públicas de tamanhos diferentes que se sobrepõem e se interconectam”. De acordo com Dahlgren (2008, p. 259), uma das consequências da crescente pluralidade de espaços públicos alternativos (dentro do qual seria possível localizar o Facebook), consiste em que, cada vez mais, as “definições que a mídia dá da realidade já não podem permitir-se estar em demasiada flagrante contradição com as experiências e pontos de vista daqueles que participam em tais movimentos”.

Com a intenção de dar conta daquilo que a noção de espaço público habermasiana deixava de fora e questioná-la, o filósofo alemão Oskar Negt (2007) introduz a noção de *espaço público da oposição* que dá conta das tensões dentro da conceituação clássica, em relação com o que poderia ser chamado também de *esfera pública proletária*.

Em primeiro lugar, Negt (2007) assinala que desde sempre a burguesia, longe de usar o espaço público para formular o interesse geral da sociedade -como o que queria ver Kant e Habermas-, o fez para adquirir conhecimentos que podem ser colocados ao serviço dos seus interesses privados. E enquanto espaço dominado pela burguesia, é apresentado como “um objeto fixo, a imagem que apresenta esconde a verdadeira estrutura produtiva da sociedade e notavelmente a história da formação de diferentes instituições do espaço público” (NEGT, 2007, p. 55) [tradução própria]. Portanto, como Neumann (2007, p. 8) aponta em seu prefácio ao livro de Negt (2007), “o conceito habermasiano de publicidade se apresenta, deliberadamente, como a idealização teórica de uma forma política que se baseia no recurso da violência e da exclusão de setores inteiros da sociedade” [tradução própria].

Pelo contrário, Negt (2007, p. 65) considera que é possível pensar o espaço público como forma de organização da experiência coletiva, se mantivermos a noção de espaço público como “um agrupamento de fenômenos cujas qualidades essenciais e origens diferem completamente” [tradução própria], ou seja, composta de inúmeros elementos que, apesar de apresentarem-se como correspondentes entre si, na verdade permanecem alheios uns aos outros. O espaço público, então, considerado desta maneira, “é a única forma de expressão que pode religar a todos os membros da sociedade, sintetizando suas disposições sociais visíveis” (NEGT, 2007, p. 56) [tradução própria].

Como se lograria que o espaço público viesse a se tornar este lugar de síntese? Precisamente quando os grupos sociais excluídos da deliberação pública entram em ação e tomam a palavra por fora desse espaço público reconhecido. Em seguida, forma-se um espaço público de oposição que inclui as características daqueles atores sem replicar aquelas da esfera pública burguesa. Longe de ver ali uma situação disfuncional ou uma crise passageira de representação, estes novos espaços de oposição pública têm imenso potencial, entanto o espaço público habermasiano não pode ser

pensado como um espaço de síntese das experiências sociais, apesar de afirmar a sua vocação universal. Precisamente por este motivo, existem os outros espaços, alternativos, simultâneos, que funcionam com lógicas próprias e diferentes das hegemônicas nas quais atuam, tomam a palavra e se fazem ouvir aqueles que ficaram de fora dos espaços de visibilidade (NEUMANN, 2007).

O ponto de partida de Negt (2007, p. 12) são experiências fragmentárias, nas palavras de Neumann (2007), “murmúrios quase inaudíveis e tomadas de palavras audazes dos atores” [tradução própria] que representa as características inconformadas, resistentes e rebeldes de seres humanos. É sua ideia de uma subjetividade rebelde a que fundou o espaço público da oposição. E é neste contexto, o surgimento destas vozes que resistem e que de alguma forma se fazem ouvir hoje através das RSI, que serve como ambiente propício para pensar tanto sobre as novas manifestações coletivas que têm as redes sociais -entre outros espaços- como cenário de expressão como também sobre as tensões que podem ocorrer entre a agenda temática proposta pelos meios de comunicação e as informações que colocam em circulação cada um dos agentes individuais.

No registro destas únicas experiências, dos murmúrios que juntos estão ganhando força e são cada vez mais audíveis, se constrói este espaço público de oposição nas RSI. Por exemplo, a maneira em que foram se conectando e contagiando as manifestações de 2011 (a chamada Primavera Árabe, o 15 M espanhol, o movimento Occupy Wall Street e, mais perto geograficamente, o movimento estudantil chileno), faz-nos pensar em como estes espaços que surgem para se opor a esta esfera pública hegemônica vão tomando corpo, vão tornando perceptível sua palavra neste contexto que Castells (2012) postula como uma necessária articulação entre espaço urbano e espaço digital onde a rua ainda é o lugar onde se põe o corpo. Nesse sentido, Castells (2012, p. 27) diz: “os movimentos sociais têm que esculpir um novo espaço público que não esteja limitado à Internet, mas que se faça visível nos lugares onde a vida social se desenvolve”.

Agora, para evitar mal-entendidos com relação a esta tendência e mais além das visões que sustentam o surgimento de uma pluralidade de esferas públicas -sem que esteja tão claro o que se entende por isto-, haveria que marcar a distinção -como já foi mencionado- entre aquilo que se torna público e a formação de uma esfera pública. Ou seja, entre a visibilidade que tem a opinião ou qualquer declaração sobre um tópico de interesse e essa opinião crítica que se expressa a partir do *público*. Se, por um lado, é evidente a visibilidade que adquirem uma multiplicidade de discursos a partir das tecnologias do digital – daí toda a literatura que refletiu sobre a publicidade do íntimo e o privado em diferentes espaços (SIBILIA, 2008; SABATER FERNÁNDEZ, 2014, entre outros)- a conformação de uma esfera pública no sentido que aqui interessa é posta de lado: ou seja, a partir da proliferação de discursos que tornam a criação de um público no sentido político do termo.

No âmbito do ecossistema de mídia atual, por outro lado, pareceriam

se estabelecer novas relações entre os meios de comunicação de massa tradicionais e os chamados novos meios de comunicação, registrando as tensões nas quais, como afirma Dahlgren (2008, p. 261), a esfera pública é “o que está em jogo”. Neste registro, a pergunta pelo estabelecimento das agendas temáticas pareceria tomar outra dimensão. É o que se depreenderia da perspectiva de Cingolani (2013, p. 111), que propõe que a mesma está “cada vez mais menos nucleada no sistema de mídia”, situação que resultaria em “um acesso ao público cada vez menos generalizável”. Neste sentido, é importante pensar a relação entre os diferentes tipos de agenda: em primeiro lugar, as propostas pelos meios de comunicação, a pública, a agenda interpessoal e, em segundo lugar, aquelas até agora pouco acessíveis, as que ocorrem nas RSI como o Facebook. Em particular, porque pareceria que o que tem a ver com a formação da agenda na esfera pública -em seu sentido político- ainda é dominado pelo que propõe a mídia de massa, ao contrário do que acontece com a circulação de discursos públicos -no sentido mais amplo- na sua capacidade de instalar certas questões, na qual pluralidade e diversidade pareceriam dar conta das competências de distintos espaços.

Neste ponto, talvez a perspectiva de Bourdieu (1996, p. 146) sobre a opinião pública pode ser retomada para pensar os novos fenômenos associados com as RSI. O autor distingue, na opinião pública, entre essas opiniões que respondem aos públicos “mobilizados em torno de um sistema de interesse explicitamente formulado” e as disposições ou tendências que não podem ser transformadas em um discurso coerente, que não são capazes de mobilizar outras opiniões, ou de se tornar, em sentido estrito, uma força de opinião. Tendo em conta esta diferenciação, RSI como Facebook parecem mais perto de um coro de vozes dissonantes sobre temas diversos que se sobrepõem uns com os outros, que um fórum de discussão onde é possível uma plataforma -um piso comum- que permita a proliferação de atores com força de opinião. Não há *público* na medida em que o que caracteriza esta rede é o *espetáculo do eu* (FERRER, 2012; SIBILIA, 2008), o que conspira com a possibilidade de constituição de diversos nós. Isto supõe que modos de intervenção fundamentados nos *egos* -não só quando as ações comunicativas estão ligadas ao privado ou ao íntimo, mas também, quando se referem aos assuntos da ordem do público- que se expressam nesta crescente tendência ao monólogo -às vezes com raiva e deslocado-, às discussões ineficazes, sem a possibilidade de continuidade. Por sua vez, a pouca consideração sobre a presença e o olhar do outro quando se trata de intervir, essa falta de empatia, costuma traduzir-se numa catarata de comentários que provavelmente não se expressariam da mesma forma em outros espaços públicos. Tal como observaram os que analisaram a participação em diferentes espaços de opinião que ocorrem no ciberespaço, há indícios de um relaxamento de certas regras de convivência que, em termos de subjetividade e de uma perspectiva psicanalítica, Melman (2005, p. 7) chamaria de “liquidação coletiva de transferência”. Por sua parte, Sarlo (2011, p. 66) tem gerado uma imagem por demais ilustrativa a este respeito:

As redes sociais necessitam da subjetividade como de uma atmosfera na qual flutuam todos os outros sentidos. Subjetividade e intimidade não são simplesmente um agregado à mensagem, para torná-lo mais simples ou mais pessoal, mas que o configura partindo de dentro. Nas redes sociais não há público ou privado, no sentido clássico: estas categorias foram reconfiguradas para muitos usuários em termos formais: devem fingir que não há público ou privado.

Consideramos que, em alguns aspectos, o Facebook é mais um caso de ressonância (com características novas e próprias) de discursos já constituídos e instituídos, um espaço que permite a amplificação e modulação -bastante confusa- de certas ideias que já estão circulando em diferentes âmbitos da sociedade, que um novo lugar de participação plena para a criação de um coletivo que poderia se constituir num importante ator social. O argumento contrário retomou, para fundamentar a sua posição, algumas experiências onde as RSI desempenharam um papel de liderança em várias mobilizações políticas ao redor do planeta. Um dos exemplos mais citados foi a chamada Primavera Árabe, já referida neste texto. E aqui é conveniente fazer um parêntese.

Muito vagamente se tem falado no Ocidente da Primavera Árabe como um fenômeno homogêneo (que aqui não será tratado do ponto de vista político). No entanto, convém ter presente que é impossível homologar o que aconteceu -e acontece- em diferentes regiões e países do mundo árabe, com significativas diferenças políticas, culturais, econômicas e sociais entre si. É claro que um dos anúncios mais difundidos colocou como denominador comum o fato de ser um movimento jovem, secular e gerado pelo uso das RSI. Assim, dezenas de obras argumentam -no início, em modo entusiasta (entre eles, pode ser visto BARRERO, 2012; CASTELLS, 2012; HAMDOUNI, 2013)- a ideia de que plataformas como Facebook e Twitter permitiram não só uma maior difusão de determinados movimentos, mas também, que o fizeram, dadas suas características técnicas, a partir de uma concepção horizontal, democrática e com um alto grau de espontaneidade. Em contrapartida, é necessário pôr em dúvida estas afirmações apresentadas como verdades de Perogrullo, e que muitas vezes apontam como benefícios aquilo que, pelo contrário, são carências: isto é o que acontece com o espontaneísmo mencionado. Não só porque grandes partes das mobilizações não puderam se tornar uma força social, mas porque, quando tiveram “sucesso”, suas realizações foram capitalizadas por atores já constituídos na cena política tradicional.

Nesse sentido, alguns observaram que o papel das RSI durante a Primavera Árabe foi superestimado e que seu poder é mais um mito construído pelo jornalismo ocidental -fascinado pela nova tecnologia- que um fenômeno de caráter real. Assim, o jornalista árabe Emad Mekay manifestou no seu momento:

As ferramentas dos árabes não foram o motor de busca da web Google, Gmail ou as redes sociais Facebook e Twitter. Eles eram seus próprios “aplicativos”. Uma das aplicações nativas mais potentes para organizar protestos em massa no Egito, Tunísia, Síria, Iêmen e outros países árabes foram orações islâmicas de sexta-feira à tarde (...) [às quais] reúnem centenas, às vezes milhares de pessoas todas as semanas, e que

foram fundamentais para as revoltas árabes. Eram locais de reunião importante para os manifestantes, não pelo seu valor espiritual, mas pela sua capacidade de unir pessoas com pouco ou nenhum esforço (...). Um segundo dispositivo ergonômico e fácil de usar para o usuário árabe foi o panfleto antigo e tradicional em folhas A4, escritas à mão e, ocasionalmente, a máquina, para informar os locais de reunião e protesto. Esta foi a ferramenta favorita do movimento operário de Mahala Al Kobra, meca da indústria têxtil egípcia, e dos descontentes trabalhadores marítimos do canal de Suez. (EMAD MEKAY, 2011 p. s/n).

Algo parecido sustentou Guber (2014), quando afirmou que as RSI cumpriram um papel importante numa primeira etapa, principalmente em pequenos setores da elite juvenil, educada e secular, mas não para as maiorias populares com baixas possibilidades de acesso a redes sociais. Além disso, a partir do ponto de vista mediático, muitos apreciaram mais o papel destacado que teve Al Jazeera:

A maioria dos testemunhos sobre os eventos que marcaram a atualidade do mundo árabe insistem, além disso, no papel considerável desempenhado pelas cadeias via satélite da região, especialmente a Al-Jazeera. Por sua cobertura dos fatos cada vez mais abertamente comprometidos com os movimentos de protesto (com exceção do Bahrein, devido à proximidade geográfica e política), se pode imaginar que, com um público que geralmente reúne várias dezenas de milhões de telespectadores, a mais famosa das cadeias árabes ofereceu uma contribuição muito mais decisiva para as rebeliões populares árabes que as redes sociais na internet. Estas, no melhor dos casos, só reúnem algumas centenas de milhares de usuários, geralmente recrutados em categorias sociais mais bem favorecidas e em teoria menos sensíveis do que o resto da população aos chamados para a mudança política. (GONZALEZ e QUIJANO, 2011, p.119).

Uma vez fechado, então, o parêntese em relação ao papel dos meios de comunicação sociais nos movimentos da Primavera Árabe, retornemos às reflexões sobre os modos de participação do Facebook na configuração da esfera pública atual. Se a descentralização e a proliferação de vários discursos levam a uma série de perguntas sobre a questão da esfera pública como lugar de constituição de um público, o tema da participação implica, neste contexto e como já foi advertido, também uma série de digressões. Por um lado, o surgimento de um novo sujeito considerado produtor/criador e não só consumidor ou usuário de diversas textualidades, foi amplamente trabalhado. A questão da participação -condição de existência de uma esfera pública- torna-se relevante na medida em que se podem realizar interrogantes sobre as características fundamentais que tem a interatividade em espaços digitais ou, como afirma Žižek (1998), por que não, a interpassividade. Obviamente esta distinção entre ativo e interativo e passivo e interpassivo requer ser interrogada, não no sentido clássico dos estudos de comunicação, mas à luz dos modos em que se produzem e se fazem circular os sentidos nos novos espaços digitais.

Por outro lado, a questão da participação foi submetida à distinção entre os modelos racionalistas e os modelos baseados no somático. Ou seja, entre a utopia habermasiana de um público constituído a partir de uma participação que é governada pelas regras da argumentação racional e livre e a ideia de um público formado através de ligações emocionais ou passionais. Neste

ponto, a questão fundamental é se ambos modelos não compartilham um horizonte epistemológico comum que supõe a discriminação entre o racional e o emocional na ação humana. Talvez seja mais produtivo considerar a tensão dialética entre razão e desrazão como uma parte constitutiva de todo fenômeno ligado à participação nos assuntos públicos. Nesta perspectiva, se pode reconhecer, mesmo nas ações consideradas mais irracionais, a racionalidade que o sustenta e, por outro lado, apreciar a desrazão no que é catalogado de racional, bem como sustentou uma tradição que vem desde a Escola de Frankfurt (ADORNO e HORKHEIMER, 2007) até Foucault (2009).

Neste sentido, é interessante a proposta de Papalini (2013) com o objetivo de pensar os meios de comunicação -de massa e sociais- como espaços de divulgação de informações, mas também da mobilização de afetos. E é esta mobilização a que poderia levar à ação no espaço público:

Os mundos são complementares e estão imbricados. As interações nas redes podem ser o núcleo de uma nova forma das relações no espaço público, mais cooperativas e em construção conjunta, capazes de compartilhar sentimentos e relacionar singularidades. (PAPALINI, 2013, p. 185).

Mostrou-se, então, como a esfera pública atual é de caráter múltiplo e móvel, enquanto o conflito, as dissidências e os espaços públicos de oposição, impulsionados pelas minorias não podem permanecer já fora do debate sobre estas questões. No entanto, no interior do Facebook observamos, geralmente, uma coexistência de discursos dissimiles que não interatuam entre si, sem serem visíveis uns a outros. Ao mesmo tempo, dentro desta RSI geram-se microcomunidades em cujo interior proliferam discursos semelhantes que, postos em contato, delineiam algum efeito de consenso, de uma comunidade de *espírito*. Além disso, tanto dentro como fora do Facebook, razão e emoção já não podem ser considerados polos opostos sem diagonais que as atravessem. As RSI em geral, e a que nos preocupa aqui em particular, apresentam-se, então, como um enorme cenário no qual o múltiplo e o semelhante, o racional e o apaixonado, o polêmico e o consensual agem e interagem, mostram-se e sobrepõem-se de diferentes maneiras.

5. Recapitulação e considerações finais

As questões que orientaram este trabalho –que apontam a conhecer os modos em que o funcionamento do Facebook participa na configuração da esfera pública contemporânea e o grau de novidade de tal intervenção a respeito da exercida pelos meios de comunicação- não estão desconectadas da velha questão dialética sobre as continuidades e descontinuidades, sempre presente quando há transformações que têm impacto na vida social. Nesse sentido, é necessário pensar as tensões e os deslizamentos ao mesmo tempo em que as persistências e misturas entre o novo e o velho como uma maneira de evitar as polarizações estanques: aquelas que veem em tais transformações uma mudança de tipo revolucionário ou, pelo contrário, as que afirmam que

tudo o que é apresentado como novo é na verdade, uma reformulação do já dado. O que tentamos aqui foi uma aproximação à problemática dando conta da natureza complexa, mutável e ambígua do fenômeno.

Em um texto que tem já quase dez anos (ou seja, quando as RSI ainda não existiam) Rusconi (2006) afirmava - seguindo o pensamento de Caletti (1999)- que os regimes de visibilidade com respeito à constituição da esfera pública (assim como a definição do bem comum e as possibilidades de autoapresentação) “são históricos e variam de um período para outro (...)” “[e que] a articulação entre esses elementos é dada em cada momento por uma tecnologia específica que marca uma gramaticalidade específica e uma característica do modo de sociabilidade” (RUSCONI, 2006, p. 206). Não é de surpreender que depois então proponha: “Assim, por exemplo, na sociedade burguesa este papel foi cumprido pela imprensa, na sociedade de massa, a radiodifusão e hoje, na sociedade midiaticizada, o espaço público é organizado em torno da televisão” (RUSCONI, 2006, p. 206). Nove anos mais tarde, perguntamo-nos: o que acontece, agora, no contexto das sociedades altamente influenciadas e atravessadas pelo desenvolvimento das RSI, cujo funcionamento é marcado pelo crescimento de um ambiente cultural (uma cultura digital), que, como diz Becerra (2012), propõe novas formas de conceber os processos de socialização?

Por um lado, uma das inovações que trouxe o Facebook é a inusitada visibilidade -dizíamos, uma colocação em circulação sem precedentes- de opiniões individuais (seja sobre assuntos públicos, privados ou até mesmo íntimos) embora isso não signifique necessariamente a constituição de um público no sentido político do termo. Neste contexto, a cultura participativa da que fala Jenkins (2008) está em tensão, ou choca diretamente, com a espetacularização do eu a partir da exibição do íntimo e privado (inclusive propusemos acima considerar o processo conhecido como midiaticização do íntimo). Estas tensões ou choques vão minando os limites do que foi tradicionalmente chamado o âmbito do público, privado e íntimo, até desaparecerem tais fronteiras. A impossibilidade de fixar esses contornos com mais precisão envolve, como resultado e como já foi mencionado na seção anterior, a configuração de uma esfera pública que é cada vez menos unívoca e estática.

Por outro lado, isso torna ainda mais evidente que o conceito clássico da esfera pública não é pertinente para entender o que acontece nas RSI. Principalmente porque carece de elementos fundamentais: não é o diálogo, a racionalidade comunicativa e o consenso o que lá geralmente ocorre. Embora seja verdade que o modelo habermasiano já vinha falhando desde a sua origem, como temos assinalado, nas redes dita fissura se faz mais evidente porque o que prima é outro tipo de lógica, na qual a tensão entre o racional e o somático gera vínculos onde não parece se constituir, pelo menos por enquanto, um “nós” mais que como espasmos puramente momentâneos. Portanto, considera-se a hipótese de que o Facebook poderia ser pensado como um novo espaço de emergência do comum, onde adquirem visibilidade e se tornam virais as opiniões concebidas na vida *online* e *offline*, mas que não necessariamente vão derivar em práxis política. Práxis que, por essência, não é possível se prima

pela oclusão do encontro com o outro diferente por ausência de serendipidade.

Para o futuro, e entre outras possíveis novas vias de investigação, propõe-se o desafio por conhecer de que modos os discursos visibilizados no Facebook adquirem (ou se articulam com), já fora da plataforma, algumas das outras duas visibilidades reconhecidas por Thompson (2011): seja a *visibilidade situada da copresença* própria do espaço público tradicional ou a *visibilidade midiática* que possibilitam os meios de comunicação de massa. Assim como é necessário aperfeiçoar, de agora em diante, os mecanismos que nos permitam estudar (e, portanto, observar empiricamente) as tensões que ocorrem hoje entre a agenda temática proposta pelos meios de comunicação e as informações que (por meio de uma agenda alternativa) colocam em circulação os agentes individuais pelas RSI como o Facebook.

O principal objetivo que norteou a nossa reflexão até agora exposta se funda sobre a certeza de que é a partir da colocação em circulação destas ideias -e de outras que possam derivar deste texto ou da mesma discussão sobre o assunto- que é possível encontrar algumas respostas parciais, provisórias, mas certamente valiosas e orientadoras para continuar pensando uma problemática que, por seu grau de novidade, está submetida a uma variada quantidade de interrogantes.

Referências

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialéctica de la Ilustración*. Madrid: Akal, 2007.

ALEXA. Top Sites in Argentina. Top Sites (By Country). The Web Information Company. Recuperado de <http://www.alexa.com/topsites/countries/AR>, 2014.

APEL, Karl-Otto. *Semiótica filosófica*. Buenos Aires: Prometeo, 2008.

ARENDT, Hannah. *La condición humana*. Barcelona: Paidós, 2008.

AUSTIN, John Langshaw. *Cómo hacer cosas con palabras*. Buenos Aires: Paidós, 2008.

BARRERO, Ana. TIC, movilización ciudadana y democracia: el papel de las redes sociales. En MESA, M. (coord.) *Cambio de ciclos: crisis, resistencias y respuestas globales. Anuario 2012-2013*. Madrid: Centro de educación e investigación para la Paz. Recuperado de <http://www.ceipaz.org/images/contenido/AnuarioCEIPAZ2012-compl.pdf>, 2012.

BECERRA, Martín. Redes y medios: la resurrección de la política. En AA.VV. *En la ruta digital: cultura, convergencia tecnológica y acceso*. Buenos Aires: Secretaría de Cultura de la Nación, 2012.

BOURDIEU, Pierre. La opinión pública no existe. *Voces y Cultura*, N°10. Barcelona, II Semestre, 1996.

_____. La lectura: una práctica cultural. En *El sentido social del gusto. Elementos para una sociología de la cultura*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

CALETTI, Sergio. Repensar el espacio público. Ponencia presentada en el *Seminario Internacional Tendencias y retos de la investigación en comunicación en América Latina*. FELAFACS-PUC del Perú, Lima, 1999.

CARRIER. Internet es igual a redes sociales. En “Comentarios”, Newsletter de Carrier y Asociados, N° 543, 25 de julio de 2014.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignación y esperanza: los movimientos sociales en la era de Internet*. Madrid: Alianza, 2012.

CINGOLANI, Gastón. El acceso a lo público. Agendas, espacios-tiempos mediáticos y transformaciones de los dispositivos. En FERNÁNDEZ, M. [et al.]; GIORDANO, C (dir.), *Lo público en el umbral. Los espacios y los tiempos, los territorios y los medios*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2013.

COMSCORE. *Futuro Digital Latinoamérica 2013. Estado actual de la industria digital y las tendencias que están modelando el futuro*. Recuperado de: <http://es.slideshare.net/kiklio/futuro-digital-latinoamerica2013by-comscore>, 2013.

CULIOLI, Antoine. *Escritos*. Buenos Aires: Santiago Argos, 2010.

DAHLGREN, Peter. El espacio público y los medios ¿Una nueva era?. En VEYRAT-MASSON y DAYAN (comps.) *Espacios públicos en imágenes*. Barcelona: Gedisa, 2008.

DEBORD, Guy. *La sociedad del espectáculo*. Chile: Naufragio, 1995.

DOWNEY, John. Flux and the public sphere. *Media Culture Society*, vol. 36(3), pp. 367-378, 2014.

EL HAMDOUNI, Youssef. Internet y la primavera árabe. Hacia una nueva percepción del ciberespacio. En *Paix et Sécurité Internationales*, N° 1, enero-diciembre, pp. 167-173. Recuperado de <http://catedras.uca.es/jean-monnet/revistas/paix-et-securite-internationales/numerosPSI/psi-01-notes-el-hamdouni-internet.pdf>, 2013.

FERRER, Christian. *El entramado. El apuntalamiento técnico del mundo*. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2012.

FOUCAULT, Michel. La vida: la experiencia y la ciencia. En GORGI, G.; RODRÍGUEZ, F. (comps.) *Ensayos sobre biopolítica. Excesos de vida*. Buenos Aires: Paidós, 2009.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. En CALHOUN (Ed.) *Habermas and the public sphere*, pp. 109-142. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

GARRIDO, Natalia. Ciberparticipación en Buenos Aires: ¿los sitios de redes sociales como espacio público? *IRIE, Internacional Review of Information Ethics*, vol. 18, diciembre, pp. 118-126, 2012.

_____. *Medios sociales para fines políticos: el caso de la militancia juvenil del PT y las páginas de Facebook. Más allá de las dicotomizaciones*. (Tesis inédita de maestría). Universidad de Buenos Aires, 2014.

GONZALEZ-QUIJANO, Yves. Las revueltas árabes en tiempo de transición. Mitos y verdades. *Revista Nueva Sociedad* N° 235. Septiembre-Octubre. Recuperado de http://www.nuso.org/upload/articulos/3800_1.pdf, 2011.

GRILLO, Mabel. La participación del público en los medios o la política en el mercado. En GRILLO, M.; RIZZO, A.; BERTI, S. (comps.) *Con los medios de por medios*. Río Cuarto: Universidad Nacional de Río Cuarto, 2006.

GUBER, Rosana. Soy un jubilado activo. Entrevista realizada por el Diario la Nación. Recuperado de <http://www.lanacion.com.ar/1736051-roman-gubern-soy-un-jubilado-activo>, 2014.

HABERMAS, Jürgen. The Public Sphere. En SEIDMAN, S. (ed.) *Jürgen Habermas on Society and Politics. A reader*. Boston: Beacon Press. Traducción de Daniel M. Giménez, 1989.

_____. *Historia y crítica de la opinión pública. La transformación estructural de la vida pública*. Barcelona: Gili, 1999.

JENKINS, Henry. *Convergence Culture*. Barcelona: Paidós, 2008.

KEANE, John. Transformaciones estructurales de la esfera pública. *Estudios Sociológicos*, N° 43, enero-abril, pp. 47-77, 1997.

MEHL, Dominique. *La vida pública privada*. En VEYRAT-MASSON y DAYAN (comps.). *Espacios públicos en imágenes*. Barcelona: Gedisa, 1997.

MEKAY, Emad. *Las verdaderas herramientas de la primavera árabe*. *Inter Press Service*. Recuperado de <http://www.ipsnoticias.net/2011/12/columna-las-verdaderas-herramientas-de-la-primavera-arabe/>, 2011.

MELMAN, Charles. *El hombre sin gravedad. Gozar a cualquier precio*. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2005.

MORLEY, David. Asuntos públicos e historias íntimas: mediación, domesticación y dislocación. En *Medios, modernidad y tecnología. Hacia una teoría interdisciplinaria de la cultura*. Barcelona: Gedisa, 2008.

NEGT, Oskar. *L'espace public oppositionnel*. Paris: Payot, 2007.

NEUMANN, Alexander. Oskar Negt et le courant chaud de la Théorie critique: Espace public oppositionnel, subjectivité rebelle, travail vivant. En NEGT, O. *L'espace public oppositionnel*. Paris: Payot, 2007.

ONTSI. *Las redes sociales en Internet*. España: Observatorio Nacional de las Telecomunicaciones y de la SI, 2011.

PAPALINI, Vanina. Público, privado, íntimo: las tramas de la vida social. En FERNÁNDEZ, M. [et.al.]; GIORDANO, Carlos (dir.). *Lo público en el umbral. Los espacios y los tiempos, los territorios y los medios*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2013.

ROSS, K.; FOUNTAINE, S.; COMRIE, M. Facing up to Facebook: politicians, publics and the social media(ted) turn in New Zealand. *Media, Culture & Society*, Vol. 37(2), pp. 251–269, 2015.

RUSCONI, Carlos. Espacio público mediático, comunidad y ciudadanía. En GRILLO, M., RIZZO, A. y BERTI, S. (comps.) *Con los medios de por medios*. Río Cuarto: Universidad Nacional de Río Cuarto, 2006.

SABATER FERNANDEZ, Carmen. La vida privada en la sociedad digital. La exposición pública de los jóvenes en Internet. *Aposta*, Revista de Ciencias Sociales, N° 61, 2014.

SARLO, Beatriz. *La audacia y el cálculo*. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

SIBILIA, Paula. Yo privado y el declive del hombre público. En *La intimidad como espectáculo*. Buenos Aires: Fondo de la Cultura Económica, 2008.

SINCA. *Encuesta de consumos culturales y entorno digital. Computadora, internet y videojuegos*. Buenos Aires: Sistema de Información Cultural de la Argentina. Recuperado de: <http://sinca.cultura.gob.ar/sic/encuestas/archivos/videojuegos-01-a4.pdf>, 2013.

STEIMBERG, O. y TRAVERSSA, O. De lo privado a lo público: acerca de un tránsito de la figuración del cuerpo en los medios. En *Estilo de época y comunicación mediática*. Tomo I. Buenos Aires: Atuel, 1997.

THOMPSON, John. La teoría de la esfera pública. *Voces y Cultura*, N° 10, 1996.

_____. La transformación de la visibilidad. En *Los media y la modernidad. Una teoría de los medios de comunicación*. Barcelona: Paidós, 1998.

_____. Los límites cambiantes de la vida pública y privada. *Comunicación y Sociedad*, Nueva época, núm. 15, enero-junio, pp. 11-42, 2011.

VALDETTARO, Sandra. Audiencias: de las 'redes sociales' a las 'asociaciones en red'. En *Interfaces y pantallas: análisis de dispositivos de comunicación*. Rosario: UNR Editora, 2011.

VALLESPÍN, Fernando. Redes sociales y democracia: ¿un cambio cualitativo?. *Revista Telos*, N° 89 – Octubre/diciembre, 2011.

VÁZQUEZ, Mariano. Primeras aproximaciones a la esfera pública virtual. En FERNÁNDEZ, M. [et.al.]; GIORDANO, Carlos (dir.). *Lo público en el umbral. Los espacios y los tiempos, los territorios y los medios*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2013.

VERÓN, Eliseo. *La semiosis social. Fragmentos de una teoría de la discursividad*. Barcelona: Gedisa, 1998.

_____. *El cuerpo de las imágenes*. Bogotá: Editorial Norma, 2001.

_____. *Fragmentos de un tejido*. Buenos Aires: Gedisa, 2004.

_____. El fin de la historia de un mueble. En CARLÓN, M. y SCOLARI, C. (eds.). *El fin de los medios masivos*. Buenos Aires: La Crujía, 2009.

_____. Prólogo. En CARLÓN, M., FAUSTO NETO, A. (comps.). *Las políticas de los internautas. Nuevas formas de participación*. Buenos Aires: La Crujía, 2012.

ŽIŽEK, Slavoj. El sujeto interpasivo. En Slavoj Žižek en español. Recuperado de <http://www.geocities.ws/zizekencastellano/artsujetointerpasif.html>, 1998.